

COLEÇÃO

1

Revistas de Ideias e Cultura



ALMA NACIONAL

REVISTA
REPUBLICANA

1889-1900

ANTONIO JOSE D'ALMEIDA

Seminário Livre
de História das Ideias

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa

FUNDAÇÃO
MÁRIO SOARES

A Colecção

As revistas constituem uma das principais fontes da história cultural e política do século passado, mormente nos seus três primeiros quartéis.

Nas suas páginas, definiram-se as grandes correntes do pensamento, irromperam os movimentos literários e artísticos fundamentais, travaram-se muitos dos combates cívicos decisivos.

Quase todos os grandes autores da época foram redactores ou colaboradores destes periódicos, tendo publicado sob a forma de artigo muito do que mais interessante e de mais marcante os distinguiu.

Apesar de a edição destes periódicos estar sujeita a uma cadência semanal, quinzenal ou mensal, as revistas de maior relevo só aparentemente são efémeras. Representam, antes, uma forma peculiar de unir a reflexão doutrinária e a criação cultural à actualidade, conferindo-lhe um alcance simultaneamente geral e circunstancial.

Foi em torno de revistas como *A Águia*, *Alma Nacional*, *Orpheu*, *Nação Portuguesa*, *Seara Nova*, *Presença*, *Sol Nascente*, *O Diabo*, *O Tempo e o Modo*, entre muitas outras, que as correntes de opinião e de gosto que constituem os trajectos culturais e políticos do século passado se polarizaram e estruturaram, por vezes, ao longo de várias décadas.

Com a Colecção Revistas de Ideias e Cultura visa-se, em primeiro lugar, que todos os que se interessam pela história das ideias e da cultura no Portugal contemporâneo tenham a possibilidade de aceder, de forma simples, a estas fontes primordiais.

Pretende-se, depois, complementar a reedição integral da revista, com informação relevante, presente em estudo introdutório, em descrição sumária do teor de cada um dos artigos e em outra documentação, bem como retirar o benefício inerente à indexação da totalidade dos textos publicados, que possibilita a pesquisa directa por autor, por conceito, por assunto, por autor citado, entre outros critérios gerais de análise.

Alimenta-se, por fim, a esperança de que a Colecção Revistas de Ideias e Cultura se integre no movimento de renovado interesse por estas publicações periódicas e se converta em estímulo e instrumento de uma sua releitura distante e plural.

A revista de António José de Almeida no ano da revolução

Revista criada e dirigida por António José de Almeida, a *Alma Nacional* surge no momento em que se anunciava a preparação da revolução republicana, cuja pertinência imediata era justificada pelo esboroar do Regime Monárquico.

Saindo pela primeira vez nas bancas a 10 de Fevereiro de 1910, a *Alma Nacional* terminou no trigésimo quarto número, a 29 de Setembro desse ano, uma semana antes da queda do regime.

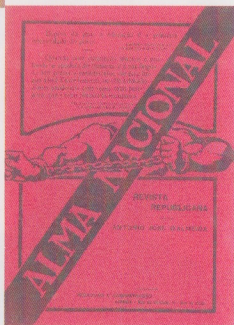
O conjunto de motivações que impulsionaram a iniciativa de António José de Almeida encontrava-se, de resto, sintetizado com muita felicidade na capa, de António Augusto Gonçalves, que em todas as edições cobria a revista. Sobre um significativo fundo vermelho, remetendo-nos para o coração da Revolução Francesa e do ideário republicano, uma citação de Danton sublinhava a importância da doutrinação popular: “Depois do pão a educação é a principal necessidade do povo”.

Noutra transcrição, o célebre tribuno anti-cabralista, José Estevão, defendia o dever intelectual de afirmação pública das convicções: “Quando uma convicção sincera e profunda se apodera do homem, e a sua língua se não presta a manifestá-la, ou essa língua não é desse homem, ou ele é dotado duma prudência cem vezes mais perigosa, que a mais ilimitada franqueza”. Por fim, simbolizando a condição do próprio povo português, irrompe na capa a figura dum homem agrilhado desenvolvendo um tremendo esforço de libertação, qual Prometeu apontando ridentes futuros.

Médico, político e publicista que iniciara o percurso político durante a crise do Ultimato inglês quando era um jovem estudante de Coimbra, o director e principal redactor da *Alma Nacional*, António José de Almeida, vinha destacando-se no movimento republicano pela capacidade propagandista junto às massas e pela excelente prestação na Câmara dos Deputados. “Improvisador de génio”, nas palavras de Joaquim de Carvalho, “foi por excelência, nesses anos derradeiros da Monarquia moribunda, o tribuno popular. Da sua personalidade de político foi esta a imagem que o público fixou”.

Destinada a servir a estratégia republicana, a *Alma Nacional* expressava o entendimento que António José de Almeida dela tinha, sendo, assim, um veículo de afirmação das convicções deste político quer no seio do Partido Republicano Português (PRP) quer, principalmente, junto à nação republicana, em que desfrutava dum imenso capital de prestígio. Esse facto está presente no editorial de apresentação da revista quando assumiu tratar-se do “Órgão de um patriota... Órgão de um homem de ideias avançadas”.





O ideário da *Alma Nacional* é, em primeira instância, o ideário republicano tal como se apresentava ao seu director. Ideário pautado pelos valores do progresso, da tolerância, do patriotismo compatível com o internacionalismo, da firmeza revolucionária e da clemência pós-revolucionária.

Sem que seja enunciado, uma superficial abordagem da revista permite perceber que António José de Almeida reservou-se o papel principal de comentador crítico e interventivo da situação política, em particular do quotidiano

político português. A constância desse ponto de partida é notória tanto nos artigos que assinou com o seu nome próprio, como nos escritos sob o pseudónimo de Álvaro Vaz. As temáticas dos artigos e os conceitos que mais constantemente os dominam consubstanciam-no. Como tal, foi o primeiro responsável pela propaganda anti-monárquica que atravessou toda a revista, buscando demonstrar a impossibilidade do regime garantir a regeneração nacional, ou sequer a governabilidade do país.

O culto da competência e do trabalho, o respeito pelos direitos cívicos e políticos, o patriotismo, e especialmente a acção moral, surgem-nos, conforme a denúncia do director da revista, quotidianamente desprezados pelos funcionários, pelos juizes, pela polícia, pelos acólitos do poder, pelos políticos, pelo próprio rei. Defendendo uma guerra sem quartel ao regime, fundamentava essa opinião na necessidade de salvação nacional. No contexto vivido, a intransigência política revelava-se um dever patriótico, e como tal um eixo fundamental da estratégia a seguir pelo PRP. Mais que pelo confronto teórico entre a república e a monarquia, nestes artigos a doutrinação republicana fazia-se por contraponto à constatação da particular nocividade da monarquia portuguesa, pela longa aliança com o clericalismo e o reaccionarismo na Dinastia de Bragança.

É, de resto, a crítica a essa vertente reaccionária de algumas monarquias europeias que motiva a maioria dos seus comentários à realidade política externa, sendo um alvo preferencial a Espanha de Afonso XIII. Uma dessas críticas, feita no artigo "Hipocrisia real", acabaria por valer-lhe um processo, o único, que tanto quanto sabemos, visou a revista. Pensamos que terão sido mais as circunstâncias a ditar o processo que a violência do artigo, visto que assinou outros de igual ou ainda mais radical índole.

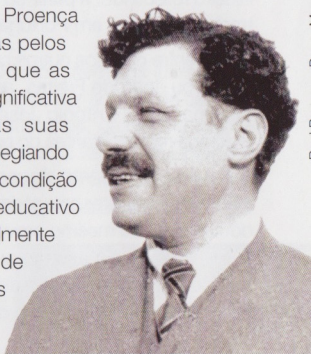
A polícia política ao accioná-lo não estava ciente que o visado era o próprio António José de Almeida, já que o artigo fora assinado sob o pseudónimo Álvaro Vaz.

Tal desconhecimento é demonstrado no processo, tendo a polícia chegado a intimar um Álvaro Vaz que aparentemente era estranho à revista. Se soubesse da existência

do pseudónimo é duvidoso que instruisse o processo, pois como deputado o caso passava automaticamente a sede parlamentar. Como mostramos no anexo documental foi essa a conclusão do episódio, não tendo nós conhecimento que o parlamento lhe tenha dado provimento. É possível que a diligência policial fosse motivada pela diplomacia espanhola.

Noutro tipo de registo posiciona-se Raul Proença que, com o seu nome ou sob o pseudónimo Varius, é o colaborador mais constante da revista, chegando a fazer parte da redacção.

A importância desta colaboração reflecte-se no facto de ser a única na *Alma Nacional* que até agora mereceu a atenção dos historiadores da cultura portuguesa, nomeadamente de Piteira Santos e de António Reis. Jovem intelectual formado em Ciências Económicas e Financeiras, Raul Proença vinha ganhando reconhecimento nas letras portuguesas pelos escritos dispersos em revistas coevas. Sendo certo que as questões sociais, culturais e educativas pautam parte significativa dos artigos, estas apresentam-se no quadro das suas preocupações primeiras, de carácter filosófico-moral. Privilegiando temáticas como a exploração capitalista, o sindicalismo, a condição feminina, a moral burguesa, as fragilidades do sistema educativo português formador duma elite que considerava intelectualmente indigente, analisou-as à luz duma intransigente defesa de todas as manifestações da liberdade individual e dos direitos a ela inerentes, enquadrada pelo valores da solidariedade, da tolerância, da honestidade intelectual.



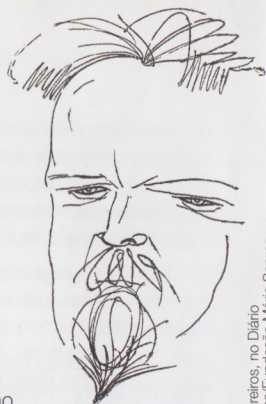
Outros colaboradores, entre os quais se contam alguns de que não conseguimos qualquer dado biográfico, asseguraram o tratamento de diferentes questões na revista. Foi o caso do político e escritor Tomás da Fonseca que se concentrou na campanha anti-clerical. Do escritor Manuel de Sousa Pinto que reflectiu sobre questões ligadas à arte, nomeadamente à educação artística, e escreveu alguns textos literários.

Do médico e político republicano Leão Magno Azedo escrevendo sobre a representação proporcional. De Belisário Pimenta, sob o pseudónimo de Estevão Correia, e do jornalista e político republicano Albano Coutinho assegurando rubricas de carácter histórico. Do médico e escritor republicano José de Lacerda com análises histórico-antropológicas do povo português. De A. Matos Silveira, com nítida simpatia libertária, reflectindo, entre outras questões, sobre as tendências socio-políticas da Europa.

Do historiador e político republicano António Ferrão focando a actualidade política e o problema agrícola português. Do médico, criminólogo e político republicano, João Gonçalves abordando problemas ligados à criminalidade e direito penal. De Agostinho Lemos diagnosticando a realidade naval portuguesa e apontando caminhos para uma nova política. De Gomes Lima criticando a política militar monárquica e apresentando uma proposta de reorganização do exército. De Teófilo Braga convocado, pela força do seu imenso prestígio, para apelar à comunidade portuguesa no Brasil para passar a apoiar o movimento republicano nacional. Do jovem Aquilino Ribeiro reflectindo, a partir do seu exílio parisiense, sobre a falta de tradição artística em Portugal.

Estes, entre diversos outros colaboradores esporádicos como Miguel Bombarda, Emílio Costa ou João de Freitas, asseguravam uma vocação primordial da *Alma Nacional*, reclamada por António José de Almeida no editorial de apresentação: ser “um dos legítimos representantes do espírito nacional” através das opiniões de “homens ilustres”.

A sua função foi tanto diagnosticar a situação nacional nas áreas de especialidade ou interesse e apontar soluções a aplicar na República futura, como esclarecer questões doutrinárias, ou mesmo provocar a reflexão filosófico-moral. Ao cumprirem essa função estes intelectuais asseguraram igualmente a existência de alguma diversidade de opiniões, tendo a uni-los a convicção profunda da urgência da Revolução Republicana para garantir uma nova era de liberdade e de prosperidade para o país.



António José de Almeida visto por Almada Negreiros, no Diário de Lisboa de 30.NOV.1921. Docs. Ruella Ramos/Fundação Mário Soares.

Seminário Livre de História das Ideias

O Seminário Livre de História das Ideias - Unidade de Investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa - surgiu, no início da década de noventa, por iniciativa de alunos finalistas do Mestrado em História Cultural e Política da UNL, tendo por objectivo, segundo os proponentes, criar um espaço de reflexão e pesquisa na continuidade dos seminários do referido mestrado.

Foi-se estruturando segundo temáticas anual ou bi-anualmente escolhidas, sendo as mais representativas, a Epistemologia da História das Ideias, o Pensamento Político do Século XVIII, o Republicanismo e o Socialismo. Todas deram lugar não só à apresentação de trabalhos individuais, como a debates entre os elementos do grupo.

Pensou-se então publicar os resultados da investigação dando visibilidade ao Seminário. Esta ideia tornou-se realidade com a publicação de quatro obras: *Lisboa 1821. A cidade e os políticos*, 1996; *Dreyfus e a responsabilidade intelectual*, 1999; *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo*, 2002; *Revistas, ideias e doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo*, 2003.

Do labor mais recente, resulta quer a participação em reuniões científicas e a publicação de estudos sobre revistas e temáticas conexas, quer a edição, online e em cd-rom, conjuntamente com a Biblioteca Nacional e a Fundação Mário Soares, de algumas das revistas mais significativas do século XX.

Fundação Mário Soares

A Fundação Mário Soares é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública, que tem por fim realizar, promover e patrocinar acções de carácter cultural, científico e educativo nos domínios dos direitos humanos, da ciência política e das relações internacionais, tendo como referências essenciais os valores da Liberdade e da Democracia, da Solidariedade e da Justiça Social. A preservação da memória histórica e a sua transmissão constituem uma responsabilidade primordial assumida por esta Fundação, através do seu Arquivo e Biblioteca.

Mas, além do arquivo, tem trabalhado nas áreas da Ciência Política e das Relações Internacionais, publicando numerosas obras e cooperando com instituições homólogas e Universidades portuguesas e estrangeiras.

Os direitos humanos, a formação da Europa Política e os problemas relativos ao espaço da lusofonia são outros tantos temas a que tem prestado uma atenção constante. A Fundação Mário Soares está igualmente a desenvolver um Centro de Investigação e Formação para uma Cultura de Paz, especialmente vocacionado para a prevenção e mediação de conflitos.



Entrada da Sala de Leitura da Fundação Mário Soares.

FICHA TÉCNICA

Direcção do Seminário Livre de História das Ideias

Zília Osório de Castro

Direcção da Coleção Revistas de Ideias e Cultura

Luís Crespo de Andrade

Apresentação e analíticos

Sandra Ataíde Lobo

Revisão científica

Marta Mendonça

Digitalização e tratamento gráfico

Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares

Coordenação

Alfredo Caldeira

Digitalização

Paula Gonçalves

OCR e tratamento de textos

António Coelho

Tratamento de imagens

Graça Mouzinho

Catarina Santos

Apresentação multimédia

Diogo Andrade

Edição

Fundação Mário Soares

Seminário Livre de História das Ideias

Apoios:

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade

Nova de Lisboa

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa

Biblioteca Nacional

O Projecto Edição de Revistas de Ideias e Cultura é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Programa Operacional "Ciência, Tecnologia, Inovação", participado pelo fundo comunitário FEDER.

Próximo volume
da Coleção:



Seminário Livre de História das Ideias

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa

FUNDAÇÃO
MÁRIO SOARES